



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2013

ZONA DE EXPANSÃO

Moradores vão à sede do IBGE no RJ

Os integrantes da Frente Ampla em Defesa da Zona de Expansão para Aracaju (Faze) pediram aos vereadores da capital que acompanhem uma comissão de moradores ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro, e ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, para verem de perto como está a tramitação do processo que vai definir se a Zona de Expansão ficará com São Cristóvão ou Aracaju. A solicitação foi feita durante sessão na Câmara Municipal, e segundo José Firmo dos Santos, um dos coordenadores da Faze, nada foi definido a respeito do assunto.

O pedido de acompanhamento dos vereadores ao Rio e a Brasília junto com os moradores foi negado pelo presidente da Câmara, Vinicius Porto, porque, segundo ele, o Legislativo é proibido de fazer esse tipo de despesa. Não foi cogitada na sessão a possibili-

dade dos vereadores bancarem as próprias despesas para sair em defesa da população da Zona de Expansão. De acordo com Firmo, a Faze ainda fará novas avaliações a respeito do tema. "O debate foi importante, a presença de vereadores, mas de concreto não foi definido. A não ser a sugestão de se fazer uma sessão da Câmara na Zona de Expansão", completou José Firmo.

A querela jurídica entre Aracaju e São Cristóvão pela Zona de Expansão está longe de terminar. Enquanto o processo tramita no STF, discussões antigas são relembradas. O deputado estadual Garibalde Mendonça, por exemplo, lembrou que em 1998, entrou com um Projeto de Emenda à Constituição (PEC) dando clareza aos limites da área, pois antes disso ninguém sabia a quem pertencia a região. E foi justamente nessa época, que o então prefeito de São

Cristóvão, Armando Batalha, e o de Aracaju, João Augusto Gama, assinaram no Ministério Público Estadual (MPE) um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), onde Batalha abre mão da área, deixando-a para Aracaju.

"Na época, Batalha passou tudo para o município, inclusive a Escola José Carlos Teixeira. Na ocasião, a região era habitada por pessoas muito pobres e maioria era isenta do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)", lembra o deputado. Hoje, no entanto, depois dos benefícios, com a chegada de novos empreendimentos e construção da Orla Pôr do Sol, a área passou a ser valorizada.

Garibalde Mendonça lembra que foi depois da promulgação da PEC, pelo então governador Albano Franco, e da assinatura do TAC, que a Prefeitura Municipal de Aracaju passou a fazer investimen-

tos na área. "Ele (Armando Batalha) agora quer de volta a área", observou Garibalde Mendonça, ao lembrar que em 1998, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fez um levantamento e chegou à conclusão que a área questionada pertence a Aracaju. O parlamentar frisou que, numa determinada época, alguns empresários, insatisfeitos com o valor dos impostos, entraram na Justiça e tiveram ganhos pontuais.

Os moradores também foram à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quando fizeram um relato do assunto e entregaram documentos. A OAB ficou de designar uma comissão para fazer análise e tomarão as providências que forem necessárias. O presidente da OAB, Carlos Augusto Nascimento, estima que dentro de um mês a comissão deverá se pronunciar sobre o assunto.